

Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de “empoderamento” *

Migrant women in Southern Brazil and their process of empowerment

R esumo

Este artigo analisa o processo de “empoderamento” de mulheres líderes de duas comunidades da periferia de Florianópolis, a partir das dimensões de gênero, classe e etnia. Foram entrevistadas catorze lideranças através do “método biográfico”, o que proporcionou a reconstrução da história estrutural e sociológica de um grupo de pessoas procedentes da miscigenação de índio com branco, que viviam no “entorno caboclo” como posseiros, e foram expropriados de suas terras, tendo que migrar para a cidade. Chegando na cidade, estas famílias encontram no espaço solidário das redes sociais de vizinhança, familiares e nas redes de ONGs- Organizações Não-Governamentais, o acolhimento necessário para sua aculturação, que não ocorre sem conflitos de identidade.

Palavras-chave: empoderamento, movimento de mulheres, cidadania, migração, histórias de vida.

A bstract

This paper analyses the empowerment process of female leaders of two communities on the outskirts of Florianópolis, Brazil, from the perspectives of gender, class and ethnics. Fourteen leaders were interviewed through the so called biographical method, which allowed for the reconstruction of the structural and sociological history of a group of people originating from the miscigenation process of white and indian (the “caboclos”), who formerly lived in the multiracial environment as provisional and unauthorized land users (“posseiros”) and who were later deprived of the properties, having, as a consequence to migrate to the urban area. When arriving in the city, such families find, in the solidarity of social webs (neighborhood, family bonds and ONGS – Non-Governmental Organizations), the necessary environment for their acculturation, a process which is not devoid of identity conflicts.

Key words: empowerment, women movements, migration, citizenship, life-stories.

Teresa Kleba Lisboa

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

* Este artigo foi apresentado como “paper final” no curso “Internationale Frauen Universität” – Universidade Internacional da Mulher, que ocorreu em Hannover – Alemanha, no semestre de verão (julho a outubro de 2000).

Este artigo resulta da pesquisa que realizei para minha tese de doutorado (defendida em maio de 2000). Nele é analisado o processo de “empoderamento” de mulheres migrantes, que residem atualmente em duas comunidades da periferia de Florianópolis/SC, dentro de um enfoque em que se articulam as condições de gênero, classe e raça/etnia.

As mulheres migrantes, sujeitos desta pesquisa, descendem da miscigenação de índio com branco¹, e suas trilhas de vida no tempo e no espaço estão relacionadas com as histórias de suas famílias, posseiras ou assalariadas rurais, que, expulsas de suas terras no campo, migraram para a cidade de Florianópolis. Ali, impulsionadas pela ação de agentes externos e organizações sociais, participaram de vários processos de lutas e conquistas de moradia e de outras necessidades básicas. Conquistaram nesta luta um poder afirmativo que as transformou em sujeitos políticos, com fala própria, com capacidade para intervir, decidir, deliberar e participar da construção de sua cidadania e de lutar por outros objetivos importantes para suas vidas e das comunidades em que vivem.

O meu interesse em investigar este tema partiu do pressuposto que o processo de “empoderamento” das mulheres “caboclas”, moradoras de comunidades da periferia de Florianópolis, resultou da articulação de sua condição de migrantes, pobres, com sua cultura que valoriza a solidariedade, a determinação e a resistência à opressão.

Dando voz às mulheres: o método biográfico

Para trabalhar com estas mulheres migrantes, conhecer suas trilhas de vida no tempo e no espaço, escolhi uma das modalidades de pesquisa

qualitativa – o método biográfico², considerando que o mesmo possibilita “vez e voz” àquelas pessoas, grupos ou segmentos da sociedade que nunca tiveram oportunidade de se manifestar na história oficial. Ao escolher este método, que faz parte da categoria “Relatos Oraís”, tive como objetivo reconstruir, através da análise de 14 biografias, a história sócio-econômica e cultural do grupo de lideranças entrevistadas. A unidade de investigação foi a trajetória de vida de mulheres e homens que, considerando contribuições diferentes sobre vários itinerários deste grupo de migrantes do campo para a cidade, permitiu visualizar o processo de “empoderamento” das mulheres.

As lideranças escolhidas foram onze mulheres e três homens³ que, participam ou já participaram do processo de organização de suas comunidades, são, ou foram, membros da associação de moradores, participaram, como representantes das comunidades, de audiências com o setor público para reivindicar medidas relacionadas ao atendimento de suas necessidades básicas. As mulheres, além disso, fazem parte de grupos de mulheres, da cooperativa de costura, da padaria comunitária, da pastoral social, da pastoral da criança, da saúde e de outros movimentos. As lideranças estudadas são, ou afirmam ser, de origem cabocla; todas migraram da região oeste do estado de Santa Catarina para Florianópolis, ou seja, do campo para a cidade, e pertencem a duas gerações: a primeira, encontra-se atualmente na faixa de 60 a 92 anos e a segunda, na faixa etária de 26 a 45 anos, sendo que duas desta última são filhas de mulheres da primeira geração.

A técnica para o levantamento de dados foi a “entrevista centrada no problema de pesquisa” (WITZEL, 1995). Esta é uma das variantes das metodologias qualitativas utilizada, principalmente, em construções biográficas, onde se estabelece um “fio condutor”, de acordo com a proble-

mática de pesquisa, para a realização das entrevistas. O roteiro elaborado para as entrevistas, teve quatro componentes no “fio condutor”:

- a) origem da pessoa, ascendência familiar, local de nascimento, costumes, cotidiano familiar, características da cultura cabocla, etc. para resgatar a dimensão étnica;
- b) a trajetória ocupacional (de trabalho ou emprego) de cada entrevistado, bem como a dos pais e familiares, as estratégias de sobrevivência nos locais de origem, os motivos da migração e o tipo de ocupação em Florianópolis para investigar a dimensão de classe;
- c) as relações entre o companheiro e a companheira, a divisão de papéis na família, as concepções de homem/mulher e identidade de gênero para resgatar a dimensão de gênero e, finalmente,
- d) a liderança exercida nos locais de origem e nas atuais comunidades em que residem e sua relação com o processo de “empoderamento”.

A contribuição dos estudos feministas para a sociologia

A produção científica na área das Ciências Humanas, tanto no Brasil como na América Latina, tem apontado para algumas dificuldades, como afirma Aníbal Quijano (1995, p.104):

a diversidade e a heterogeneidade da história latino-americana obriga a ultrapassar os limites da epistemologia ocidental, cujo paradigma foi definido a partir da racionalidade europeia, a partir de uma relação de exterioridade entre sujeito e objeto.

Com o objetivo de diminuir esta relação de exterioridade entre sujeito e objeto, os estudos feministas têm dado contribuições teórico-metodológicas valiosas para a Sociologia. Em seu esforço de explicar as relações entre os diferentes grupos que fazem parte da sociedade, os estudos feministas contemporâneos têm chamado atenção para a heterogeneidade da categoria “mulher” e questionado as teorias de caráter eurocêntrico, sua excessiva objetividade, normatividade e a-historicidade, deixando de lado as dimensões da vida, o reconhecimento das múltiplas formas de alteridade, o direito às diferenças e a subjetividade. Os estudos feministas têm destacado, também, que a história e o significado da categoria mulher devem ser entendidos à luz das histórias e dos significados de outras categorias: classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, etc., e revelado como o sexismo, o classismo e o racismo são formas de opressão e violência que permeiam as relações sociais, definindo padrões assimétricos entre homens e mulheres.

Estes estudos feministas têm apontado ainda para o significativo aumento dos fenômenos da “feminização da pobreza” e da “feminização da migração”. Segundo dados da ONU, 70% dos pobres de todo o mundo são mulheres, que, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos. As clássicas teorias sobre migração têm focalizado prioritariamente suas causas econômicas e políticas, ou seja, vinculam a migração a oportunidades de emprego para homens – provedores de família, no modelo capitalista de desenvolvimento.

O número de mulheres que migram, sozinhas ou acompanhadas de seus familiares, tem aumentado significativamente nas estatísticas nacionais e internacionais, dado o caráter multidimensional dos papéis atribuídos

à mulher na família, incluindo sua maior responsabilidade em relação aos filhos, ao sustento da família e o seu deslocamento em função de casamentos. As clássicas teorias sobre migração também têm negligenciado as estatísticas sobre o fluxo crescente de mulheres que entram anualmente no mercado de trabalho bem como, a mobilidade interna e externa das mesmas que saem de seus locais de origem em busca de uma vida melhor, fugindo de diferentes formas de opressão e exploração.

Neste sentido, ressalto a importância de considerarmos a perspectiva de engendramento das migrações, ou seja de levar em conta que os fatores que estimulam a migração, quando comparados entre homens e mulheres, são diferentes. A crescente mecanização da agricultura e o processo de industrialização no campo não são neutros em relação a gênero.

Em função das atividades de subsistência atribuídas em geral às mulheres, elas são as mais penalizadas. Esta situação tem sido vivida pela maioria das mulheres dos países subdesenvolvidos porque

o gênero feminino é aquele que mais trabalha; recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho; enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social; possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais (LAGARDE, 1996, p. 170).

É importante considerarmos, também, que o processo de migração para as mulheres significa, muitas vezes, a fuga de uma estrutura social patriarcal com rígidas noções do que constitui “propriedade” em relação à mulher. Em geral, a mulher pobre, índia, negra ou mestiça não tem direito à herança e à propriedade de terras no campo nem quando casa e muito menos quando se

separa (ou divorcia), configurando-se uma articulação entre as categorias gênero, classe e etnia.

Para analisar esta forma particular de opressão a que são submetidas as mulheres e, de modo particular, as mulheres migrantes, caboclas, líderes de comunidades da periferia de Florianópolis, incorporamos a *perspectiva de gênero*⁴ em nossa análise, que considera a resignificação da história, da sociedade, da cultura e da política a partir das mulheres e com as mulheres. O olhar através da perspectiva de gênero nomeia de outras maneiras as coisas conhecidas e lhes outorga outros significados. Inclui o propósito de revolucionar (desconstruir) a ordem dos poderes entre os gêneros e com ele a vida cotidiana, as relações, os papéis e os estatutos da mulher e do homem. Abrange, de maneira concomitante, mudar a sociedade, as normas, as carências e o Estado.

A perspectiva de gênero exige uma nova postura frente à concepção de mundo, aos valores e ao modo de vida, ou seja, põe em crise a legitimidade do mundo patriarcal.

Esta perspectiva permite compreender que as relações de desigualdade e iniquidade entre os gêneros são produto da ordem social dominante e que as múltiplas opressões de classe, raça, etnia, geração, que se exercem sobre a mulher configuram uma superposição de domínio.

A categoria gênero é uma categoria relacional que busca explicar a construção de um tipo de diferença entre os seres humanos e não pode ser reduzida à mulher. Gênero é mais que uma categoria, é uma teoria ampla que abrange hipóteses, interpretações, categorias e conhecimentos relativos ao conjunto de fenômenos históricos construídos em torno do sexo. Para Lagarde,

gênero é a categoria correspondente a ordem sócio-cultural configurada sobre a base da sexualidade: a sexualidade por sua vez definida e significada historicamente pela ordem genérica (1996, p.26).

Assim, o gênero é uma construção simbólica e contém o conjunto de atributos designados às pessoas a partir do sexo. O gênero está assentado no corpo histórico de cada pessoa.

As trajetórias e os motivos da migração

Defino “migração” como uma ação social de caráter individual ou coletivo, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios) e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas sócioeconômicas e políticas como também podem estar associados a dimensões subjetivas. As migrações podem ser ainda permanentes, temporárias, sazonais ou circulares⁵.

As famílias das mulheres entrevistadas para nossa pesquisa, antes de migrarem para a cidade, viviam no cam-

po como “posseiros” e o seu sistema de vida seguia a lógica do “entorno caboclo”⁶: a matriz sócioeconômica-cultural destas famílias assentava-se na aldeia indígena da qual herdaram a concepção da terra, como fonte geradora da vida, cuja possessão era sempre provisória e servia para atender às necessidades imediatas. Trabalhavam somente para a sobrevivência, não se preocupavam com os excedentes da produtividade, nem com o lucro, tampouco com a propriedade individual da terra, porque viviam do usufruto da mesma. Estas famílias foram discriminadas no processo de colonização do oeste do estado de Santa Catarina. Com a chegada de migrantes europeus para a região (italianos e alemães) o modelo de colonização imposto pelas autoridades foi o “colonato” (em regime europeu), e os caboclos nativos foram

afugentados de onde viviam como posseiros, numa operação de ‘limpeza da área’, para que as terras boas pudessem ser vendidas sem ‘intrusos’ e por um bom preço aos colonizadores europeus (RENK, 1997, p. 116).

O processo de expropriação dos camponeses nativos, posseiros e humildes de suas terras, no Brasil, acentuou-se com os planos de modernização dos governos da ditadura militar durante os anos de 1960 e 1970. Esta expropriação não ocorreu apenas por intermédio de uma violência aberta, mas também por intermédio de uma violência escondida e legal como no caso dos “grileiros” que falsificavam escrituras de posse expropriando os caboclos de suas terras. Nestas “retiradas”, as famílias sofreram um processo brutal de desenraizamento, revoltando-se contra as injustiças sofridas, mas restando-lhes poucas opções: ou se submetiam a trabalhar para os outros ou se dirigiam às periferias das cidades mais próximas. Nestas, também, não encontrando emprego nem chances de sobrevivência continuaram a trilha da migração para as grandes cidades

ou para a capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis (no caso pesquisado).

Além da expropriação de suas terras, que levou as mulheres a migrar do campo para a cidade, podemos mencionar outros motivos.

- A reconstituição familiar em torno da Penitenciária Estadual: as mulheres dos presos que são transferidos de municípios do interior do estado para a Penitenciária Estadual (Florianópolis), vieram para a cidade e instalaram-se nas redondezas do presídio com o objetivo de permanecerem perto do marido, pai ou filho sentenciado.
- Perda do marido (viuvez ou separação) e vinda em busca da rede familiar: as mulheres que ficaram sozinhas (viúvas ou separadas) no campo, vieram para cidade “atrás” dos familiares ou da mãe. A presença da família do migrante na cidade é um fator de atração que “puxa” os membros que moram no campo, constituindo-se numa verdadeira “corrente migratória”. Em muitos casos, morar perto da mãe é básico para a vida e, às vezes, para a sobrevivência da família. Ela é o suporte, o apoio, o refúgio, não somente em termos materiais, mas, principalmente, em termos psicológicos e afetivos.
- Vinda em busca de serviços de saúde e outros recursos assistenciais: a escassez dos recursos de saúde é particularmente grave ou ausente no campo e muitas mulheres se deslocaram para a cidade porque necessitavam de um atendimento emergencial. Além de figurar entre os países que possuem a distribuição de renda mais desigual do mundo, no Brasil ocorrem enormes diferenças na distribuição espacial de serviços de saúde. Analisando a condição

de pobreza, falta de trabalho e serviços assistenciais, Durham (1978) coloca que a migração para a cidade é vantajosa para algumas famílias, porque nela encontram maiores possibilidades de acesso à certos benefícios – assistência médica, instrução para os filhos e salários mais elevados – vistos como “vantagens” da cidade.

- Vinda atrás de emprego e condições de sobrevivência: as formas injustas de expropriação, o regime de exploração a que eram submetidas, muitas vezes tendo que trabalhar só a troco de comida ou em regime de escravidão por dívida, impulsionaram a vinda das famílias destas mulheres para a cidade. Outros fatores que estimularam a saída do campo foram: a falta de uma política agrária que beneficie o agricultor, ou seja, inexistência de incentivo ou garantia na plantação; as más condições climáticas (seca, geada ou enchente) que arrasam o produto do seu trabalho e as incertezas dos preços mínimos no mercado.

A chegada das mulheres migrantes e suas famílias na cidade nem sempre é fácil.

Os principais problemas que enfrentam ao desembarcar nas grandes cidades são: a falta de moradia, de alimentação e de emprego; o choque cultural, a dificuldade em obter documentação e a falta de uma qualificação profissional.

Além de chegarem sem posses materiais, as mulheres migrantes e suas famílias sofrem ainda com aquilo que Kowarick (conf. SADER, 1988, p.93) chama de “perda de propriedades cognitivas” – o estoque de conhecimento que tinham para o desenvolvimento do trabalho rural não lhes serve mais, dadas as características diversas do trabalho urbano, e passam a ocupar posições mais penosas e mal remuneradas no mercado de trabalho.

Chegando à cidade, essas famílias passam a morar na periferia (favelas), dado o alto custo da moradia. Nestes locais geralmente inexistem qualquer infra-estrutura de saneamento, regularização de posse do terreno, iluminação pública, creches. Além disso, enfrentam problemas como o desemprego, o subemprego, o alcoolismo, o narcotráfico, a violência, o menor abandonado, etc. Todas estas circunstâncias levam estas famílias a viver uma “nova desigualdade” (MARTINS, 1997).

Na trama dessas contradições, as redes sociais – familiares, de vizinhança e redes de ONGs – terão um papel decisivo no processo de aculturação dos migrantes e sua integração ao espaço e à cultura urbana.

O papel das redes sociais na aculturação dos migrantes

Ao chegarem a cidade, as famílias migrantes encontraram nas redes sociais – familiares, de vizinhança e de ONGs – os principais espaços de solidariedade. Elas as auxiliaram no processo de aculturação e socialização à sociedade urbana.

1. Redes familiares, de parentesco e de compadrio: a importância da rede familiar foi um dos motivos mais decisivos na vinda de muitas mulheres para Florianópolis. Elas vieram

“atrás” da mãe ou em busca de uma figura masculina que substituísse o pai “provedor” ausente. Quando chegam na cidade são acolhidas pelos parentes e familiares que lhes oferecem um cômodo da casa (na maioria das vezes o porão) para se abrigarem até conseguirem um espaço próprio. O papel da mãe foi fundamental para a sobrevivência da família de muitas mulheres, servindo de suporte, por exemplo, para deixar os filhos e ir para o trabalho. Nas famílias caboclas pobres, a reciprocidade entre parentes não é apenas um laço natural: eles ajudam-se não apenas por serem parentes biológicos, mas principalmente porque o parentesco tem um valor fundamental em sua cultura. Os “laços de compadrio” (padrinhos de batizado) também fazem parte da rede de relações familiares. O compadre ou a comadre, na cultura cabocla, têm o mesmo status que um irmão ou irmã.

2. Redes de vizinhança: a solidariedade entre vizinhos é a forma mais primária de ajuda mútua, pois manifesta-se na vida cotidiana. O “vizinho ocasional solidário” é de grande valor; é aquele que vem em auxílio das pessoas em situações extremas: de doença, de falta de água e comida, que cuida da criança quando a mãe necessita sair, etc. A solidariedade entre os moradores e os vizinhos é um valor essencial nas comunidades carentes, na luta pela satisfação das necessidades vitais.
3. Redes de ONG’s – Organizações Não Governamentais: a partir da década de 1970, foram várias as iniciativas que impulsionaram a emergência de movimentos sociais em Florianópolis, com as seguintes

origens: a Teologia da Libertação; os partidos políticos quando saíram da clandestinidade; a atuação de estudantes universitários através da oferta de cursos de cunho social e educativo como Ciências Sociais, Serviço Social, Educação, além da Pastoral Universitária; o movimento sindical e o movimento dos Sem-Terra cujo exemplo foi seguido pelo o movimento dos Sem-Teto.

O papel dos “agentes externos”⁷ que atuaram, e ainda atuam, junto às comunidades de periferia foi de grande importância no processo de conscientização das mulheres migrantes caboclas. Eles auxiliaram essas mulheres a politizar sua vida doméstica e os problemas da comunidade e oportunizaram espaços de convivência, socialização de experiências e aprendizado, como foi o caso de uma agente externa do Centro de Apoio e Promoção ao Migrante – CAPROM que, durante os encontros das mulheres, fez com que elas compartilhassem suas histórias de vida.

Os conflitos de identidade: classe, gênero e etnia

Estudando a realidade das mulheres migrantes, líderes de comunidades da periferia de Florianópolis, ao mesmo tempo pobres, descendentes de índias, trabalhadoras domésticas, o conceito de “alquimia” (CASTRO, 1992) permitiu analisá-las como seres múltiplos, alquímicos: são ao mesmo tempo mulheres, companheiras, mães, migrantes, lideranças, trabalhadoras, pobres, semi-analfabetas. O conceito de “alquimia” expressa um jogo entre encontros, contradições, transformações que se iniciam com a ruptura dos esquemas duais ou antagônicos.

Ao migrarem do campo para a cidade, as mulheres começaram a to-

mar consciência de suas diferenças, tanto de classe como de etnia, e passaram a enfrentar conflitos de identidade. A situação de discriminação, vivenciada por esta mulher entrevistada, mostra que ela tem consciência de sua pobreza mas ao mesmo tempo quer ser reconhecida como sujeito, como cidadã:

Nós somos discriminados tanto na cor como na pobreza. Na cor, o negro é muito mais discriminado do que o índio... a gente, assim como pobre, vê que as pessoas discriminam muito, só porque ele é pobre, acham que é relaxado! Mas as pessoas estão muito enganadas sobre isso, porque nem todo mundo é igual. Porque se um dia tu queres chegar ao poder que nem um rico, tens que batalhar muito, tens que passar por muitas experiências... e se tu consegues chegar ao poder, mesmo assim tu és discriminada porque vens da classe baixa. Então a discriminação sobre o pobre é muito grande! (Marlene).

Habitar numa comunidade de periferia também é fator de preconceito para as mulheres. Quando precisam dar seu endereço, sentem-se discriminadas, pois segundo a fala de uma delas: “eles acham que todo mundo que mora no morro (favela) é marginal [...]” O local de residência predetermina suas identidades: moradora de morro, pobre, marginal. Também define quem são seus iguais e de quem ela não deve aproximar-se.

A realidade da pobreza inclui hoje mais do que não ter comida; inclui a negação subjetiva da pobreza por parte dos pobres: na medida do possível, eles preferem não se reconhecer como tais. Além de serem rejeitados fisicamente (raça/etnia), geográfica-

mente (gueto) ou materialmente (pobreza), os excluídos também o são das riquezas espirituais: os seus valores têm falta de reconhecimento e estão ausentes ou banidos do universo simbólico. Ocorre uma diferença no plano cultural, econômico, político e social caracterizando uma profunda desigualdade. Trata-se de uma nova desigualdade social que dá origem a dois mundos, duas “humanidades”. De um lado, os integrados no circuito produtivo e de outro, uma sub-humanidade constituída por excluídos pelo avanço do capitalismo (MARTINS, 1997). Neste contexto de exclusão, pobreza significa a incapacidade de participar no mercado de consumo e o desemprego sublinha a incapacidade de participar no mercado de produção. Para este autor

o que se chama de pobreza, em termos concretos, é privação: privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade e privação de esperança (MARTINS, 1997, p. 18).

O processo de aculturação das mulheres da primeira geração foi mais problemático do que o da segunda: por exemplo, dona Marica (65 anos) até hoje cria seus animais no topo do “Morro do Horácio” e tem lá suas plantações, de milho, batata-doce, uma vez que sente necessidade de mexer na terra. Como aponta Durahm (1978, p. 220), não se pode esperar dos migrantes rurais a adoção de valores modernos de uma sociedade urbana cujas atividades exigem qualificações que o migrante não tem. Em razão de sua condição de nativo do campo, o migrante tende a reproduzir no espaço urbano, alguns dos padrões culturais que caracterizam a comunidade de onde veio.

Algumas mulheres demoraram um tempo para acostumar-se a vida na cidade; uma delas diz: “Quase morria chorando, tinha muito barulho, sentia

falta da terra [...]”. A mudança dos hábitos alimentares também é difícil: o fato de ter que comprar tudo o que precisavam, até o leite em saquinho!

O processo de aculturação das mulheres migrantes da segunda geração não foi tão problemático. Elas se adaptaram mais rapidamente em Florianópolis porque logo conseguiram emprego, em geral como trabalhadoras domésticas. Os serviços de faxineira e empregada doméstica exerceram um papel importante na incorporação ao mercado de trabalho das mulheres com menor escolaridade e sem experiência profissional. As migrantes têm nessas atividades “o caminho de socialização na cidade [...] o abrigo, a comida, a casa e a família” (MELO, 1998, p. 357). O serviço doméstico remunerado ainda é a ocupação principal das brasileiras: em números absolutos, são quase cinco milhões de mulheres que exercem essa ocupação no Brasil⁸. Em toda a América Latina, dois terços de mulheres que migraram do campo para a cidade na década de 1990 em busca de melhores condições de vida, são atualmente trabalhadoras domésticas (SCHÄFTER e SCHULTZ, 1999).

As mulheres migrantes mais novas têm noção clara das diferenças que separam sua geração daquela de suas mães: “elas tinham menos liberdade no campo, ficavam trancadas dentro de casa, dependiam do marido, ganhavam uma porção de filhos, sofriam caladas e não tinham oportunidade de trabalhar fora”. Elas reconhecem que na cidade têm mais oportunidades, tanto para elas como para os filhos estudarem e trabalharem. Mas, por outro lado, têm grande preocupação com a educação dos filhos que “vivem ali soltos, misturados com esta turma de vadios, baderneiros e traficantes”.

No cotidiano das famílias caboclas migrantes, o sentimento de exclusão é uma constante: além de terem sido expulsas do campo, serem obrigadas a morar nas comunidades de periferia da cidade, serem chamadas “sem-

teto”, terem traços indígenas, serem semi-analfabetos e não possuírem qualificação para o trabalho, são consideradas suspeitas, por morarem em comunidades de periferia, como mostra a fala desta mulher:

[...] a gente é discriminado porque vem da classe baixa... especialmente o pessoal das comunidades de periferia como aconteceu com o marido da minha irmã. Só porque ele falou que morava aqui na comunidade, ele não conseguia trabalho, e a moça ainda foi bem clara com ele: 'a gente não confia nas pessoas que moram lá'... Ele precisou implorar dizendo: 'mas eu sou diferente, podem ir lá em casa, eu sou limpo e honesto, nunca roubei'. Ele perdeu muita vaga boa porque mora aqui nessa comunidade... nós que lutamos tanto para ser o que a gente é hoje [...] (Marlene).

Com a intensificação das migrações do campo para a cidade, o problema das diferenças se intensifica. Na cidade convivem pessoas de origens culturais, condições étnicas e sociais diferentes, crenças religiosas variadas, ideologias opostas que dão origem tanto a processos de aproximação identitária, como de discriminação e exclusão. Esta perspectiva desloca o foco da análise das diferenças culturais de língua, religião, filiação etc., para pensá-las do ponto de vista relacional e político. Aqui, os estudos sobre identidade étnica “se voltam para a compreensão dos modos como as pessoas se auto-atribuem as identidades” (MONTEIRO, 1997, p. 62). É a “concepção relacional da identidade” formulada por Barth (MONTEIRO, 1997), na qual a identificação étnica de um determinado grupo é o resultado da capacidade do mesmo em manter simbolicamente as fronteiras de diferenciação que o distinguem dos grupos vizinhos. Como toda a identidade se esta-

belece por relação, ela se configura no campo das identificações coletivas: a criação de um “nós” implica a “delimitação de uma fronteira e a designação de um “eles”. Essa definição de um “nós” geralmente tem lugar num contexto de diversidade e conflito” (MOUFFE, 1996a, p. 115).

Ao longo de minha pesquisa, constatei que a auto-atribuição da identificação difere entre os homens e as mulheres; estas mencionam ser “descendentes de índio” ou de origem “bugra”; os homens, por sua vez, preferem definir-se como “brasileiros”. Uma das razões desta dificuldade dos homens, ao meu ver, é a forma como o passado é ressignificado para eles, sendo produzido pelo processo de negação da mãe índia decorrente da secular situação de opressão e extermínio por parte da civilização ocidental.

A mãe índia sempre exerceu a maternidade de uma forma muito plena. Mas o valor desta mãe foi negado historicamente no Brasil. Para os homens, identificar-se com a mãe seria dizer “eu sou índio”: assumir a cultura indígena é assumir a cultura do vencido⁹. Por isto, o silenciamento em torno da origem ficou explícito, principalmente, entre os homens entrevistados, ao passo que as mulheres assumiram sua ascendência indígena com orgulho porque identificam-se com a “mãe”. Se, por um lado, as lideranças entrevistadas vivenciaram várias situações de antagonismo e discriminação, por outro, a criação de um “nós” realizou-se em função da convivência num mesmo espaço geográfico, próximas a seus conterrâneos que compartilham a mesma cultura e a mesma identidade. Isto contribuiu significativamente para as mulheres iniciarem seu processo de “empoderamento”.

O processo de “empoderamento” das mulheres

A categoria “empoderamento”, central neste estudo, vem do inglês:

empowerment (FRIEDMANN, 1996; STARK, 1996), e tem sido utilizada por autores que estudam formas de “desenvolvimento alternativo” (FRIEDMANN, 1996; STARK, 1996), “desenvolvimento humano sustentável” (MAX-NEEF, 1986; MAHBUB UL HAQ, 1995), “gênero e desenvolvimento” (LAGARDE, 1996; GUZMÁN, 1991). O princípio do “empoderamento” distingue estes novos paradigmas dos tipos tradicionais de desenvolvimento. Estar “empoderado”

significa que as pessoas estão em posição de exercer sua capacidade de escolher de acordo com seu próprio e livre desejo. Implica uma política democrática em que as pessoas podem influenciar nas decisões sobre suas próprias vidas. [...] Significa a descentralização do poder de tal forma que a governabilidade seja trazida na porta de cada pessoa. Significa que todos os membros da sociedade civil, particularmente as organizações não governamentais, participem de fato da tarefa de tomar e implementar decisões (MAHBUB UL HAQ, citado por LAGARDE, 1996, p.111).

Uma das características que ficou constatada através do estudo das mulheres migrantes de origem cabocla foi sua luta pela sobrevivência e sua resistência à opressão e à exploração. Essas mulheres não se deixaram dominar, e sua história é uma história das resistências, daquelas e daqueles que sempre têm sido dominados: mulheres, camponeses, minorias étnicas, negros, etc. Esta característica da resistência evidencia que o poder é relacional, que as relações não são de “mão única”, e que nos dois pólos da relação encontram-se sujeitos capazes de reagir, com algum grau

de liberdade (FOUCAULT, *apud* LOURO, 1997).

Nesta perspectiva de resistência e luta pela sobrevivência, resgatamos do conceito de “empoderamento” uma outra concepção de poder: um poder que afirma, reconhece e valoriza, ao invés de um poder que oprime, domina e anula. Aqui, o “empoderamento” é entendido como “um processo que oferece condições e possibilidades às pessoas de auto-determinar suas próprias vidas” (RAPPAPORT, 1985). Trata-se de uma construção diferente das relações de poder, ou seja, procura potencializar pessoas ou grupos que têm menos poder na nossa sociedade; é um poder que vem de baixo, que reconhece os oprimidos como sujeitos da história. É um conceito importante para entender e dimensionar o fortalecimento de capacidades dos atores – individuais, coletivos – a nível local e global, público e privado, para a sua afirmação como sujeitos e para a tomada de decisões. Para Stark (1996), através do “empoderamento” cada pessoa toma parte nas decisões que lhe dizem respeito; ele requer democracia e equidade entre as pessoas envolvidas na tomada de decisões a nível sócioeconômico e político.

Numa perspectiva desconstrucionista que afirma uma nova concepção de poder a partir da realidade das mulheres, Lagarde (1996, p.209) entende que o “empoderamento” implica na inversão dos mecanismos de poder patriarcais fundados na opressão e na mudança de normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e conquista de direitos pela mulher. É o poder das mulheres conformado por um conjunto de suportes, recursos e condições vitais:

- é o poder para viver sem o risco que hoje significa a vulnerabilidade de gênero;
- poder para ser respeitada em sua integridade e não ser violentada;

- poder para afirmar-se e encontrar correspondência de suporte e afirmação no mundo;
- poder para aceder aos recursos e bens para satisfação de suas necessidades;
- poder para intervir com paridade em todas as decisões e assuntos do mundo;
- poder de não ser oprimida e relacionar-se com os homens em igualdade de condições;
- poder para reconhecer-se nas instituições e na cultura que lhe são próprias;
- poder para não se sentir estranha no seu próprio mundo;
- poder de protagonizar cada uma, a sua vida e de ser reconhecida como gênero, como um sujeito histórico (LAGARDE, 1996, p.209).

Para que esta nova concepção de poder possa ser colocada em prática, é necessário que aconteçam mudanças estruturais profundas. Neste sentido, Friedmann afirma que *empowerment*: “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (p.viii). Ele aponta três tipos de *empowerment*, importantes para as mulheres: o social, o político e o psicológico: o poder social refere-se ao acesso a certas “bases” de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, a participação em organizações sociais e os recursos financeiros. O poder político diz respeito ao acesso dos membros individuais de unidades domésticas ao processo pelo qual são tomadas decisões; não é apenas o poder de votar, mas, principalmente, o poder da voz e da ação coletiva. O poder psicológico, por sua vez, decorre da consciência individual de força e manifesta-se na autoconfiança. O “empoderamento” psicológico é, muitas vezes, o resultado

de uma ação vitoriosa nos domínios social ou político, embora também possa resultar de um trabalho intersubjetivo.

Estes três tipos de poder devem integrar-se numa tríade interligada. Quando esta tríade, centrada numa mulher ou numa unidade doméstica, está ligada a outras, o resultado é uma rede de relações de *empowering* que, devido ao esforço mútuo, tem um potencial extraordinário de mudança social. As mulheres que trabalham com outras mulheres, em cooperativas de produção, movimentos políticos ou grupos de apoio mútuo, podem alcançar muito mais resultados do que uma mulher trabalhando só. Redes e organizações – isto é, a ação coletiva – tendem a reforçar o processo de “empoderamento” social, psicológico e político das mulheres (FRIEDMANN, 1996, p. 125).

Para Friedmann (1996, p. 50), “não são os indivíduos mas as unidades domésticas que são ‘pobres’, a própria pobreza deve ser redefinida como um estado de *disempowerment*.” As mulheres estudadas são pobres porque suas famílias não tiveram ou não têm acesso ao poder social para melhorar as condições de vida de seus membros. A conquista ou melhoria das unidades domésticas (a casa) é, portanto, o ponto de partida da produção da vida e das condições de existência das famílias, constituindo-se no primeiro passo do processo de “empoderamento”¹⁰.

A gênese do “empoderamento” das mulheres migrantes: a luta pela casa

A luta pela sobrevivência foi uma constante na vida das mulheres migrantes entrevistadas para este estudo. Cansadas de vagarem de um lugar a outro, de trilharem caminhos sem-teto e sem chão, fizeram do desejo de ter “sua casa”, um teto para

abrigar os filhos e um lugar de acolhimento para o descanso dos pesados dias de trabalho, um motivo para lutar. A “luta pela casa” foi para essas mulheres a primeira razão de levar adiante uma ação coletiva, exigindo delas, a saída do espaço privado para o público para reivindicar o direito à moradia. Tal estratégia consistiu-se na conquista do espaço público pelas mulheres e a desprivatização do lar, sem que isso tenha significado sua renúncia à privacidade.

Foi no espaço das redes de ONGs que as mulheres migrantes iniciaram seu processo de “empoderamento”. No início da década de 1980, surgiu em Florianópolis o Centro de Apoio e Promoção ao Migrante e o Movimento dos Sem Teto, ambos com o objetivo de apoiar as famílias que chegavam em grande número, do campo para a cidade. Inicialmente estas famílias se alojavam em barracos provisórios ou no porão da casa de parentes e muitas delas viviam em baixo de uma das pontes da cidade. Os agentes externos que atuavam através das duas ONGs, anteriormente mencionadas, entraram em contato com estas famílias convidando-as a participarem de encontros para discutir e planejar uma ocupação organizada de terrenos na cidade. Dez comunidades de periferia surgiram desta ocupação organizada e foram as mulheres que mais se destacaram. Não tinham medo de enfrentar a polícia, iam com os filhos no colo ao encontro das barreiras policiais que se aproximavam, entraram nos gabinetes de prefeitos e autoridades, participaram de passeatas exigindo seus direitos. Não descansaram até conseguir o direito de posse para construir suas casas.

A casa, conquistada através das lutas dessas mulheres, responde a uma necessidade básica: o direito à moradia. Na linguagem delas, “a casa é o lugar que a gente tem pra ficar; tu trabalhas o dia inteiro e à noite sabes que tens aquela casa para vir se aconchegar, descansar, pra no outro dia come-

çar de novo”. No entanto, na luta por sua conquista, elas foram atribuindo um novo sentido à casa: mais do que uma necessidade material ligada somente à subsistência, mais do que apenas um lugar para ficar, a casa passou à ordem dos desejos mais profundos, passou a significar a realização dos seus sonhos – “o meu maior sonho é ter uma casa, o que mais que eu posso querer?”

O processo de “empoderamento” das mulheres iniciou-se, primeiramente, na aquisição do espaço doméstico, espaço onde ocorrem as relações de produção e reprodução do cotidiano e onde elas desenvolvem sentimentos de auto-estima e auto-confiança. Neste espaço, também ocorreram muitas lutas relacionadas à divisão de papéis e à igualdade nas relações de gênero: elas rebelaram-se contra as relações pautadas pelo patriarcalismo e contra a vigência da ética do cuidado somente para as mulheres. A “conquista da casa” levou as mulheres a iniciarem seu engajamento político, pois essa luta travou-se no espaço público. Ela implicou no despertar de sua consciência crítica, em sua participação em grupos e associações organizativas, na percepção das contradições da realidade, na descoberta de suas carências e necessidades, no sentimento coletivo de estar compartilhando com muitas outras mulheres uma situação comum e de uma mesma identidade. Da mesma forma, elas perceberam que tinham poder para decidir, propor e intervir coletivamente junto às autoridades públicas e outras organizações da sociedade para realizar as mudanças desejadas.

A partir da primeira conquista – a casa, fortalecidas pelo processo de conscientização política, estas mulheres passaram a exercer outros cargos de liderança na comunidade: a presidência da associação de moradores, a formação de cooperativas de costura ou padaria comunitária. E toda vez que a comunidade tinha que ser representada por alguém, por exemplo, nas negociações em órgãos públicos ou em assembleias reivindicativas (luz, água,

rede de esgoto), os próprios homens diziam que tinha que ser uma mulher, porque as mulheres teriam mais facilidade de relacionamento.

A entrada das mulheres na vida pública representou, na vida das famílias caboclas, uma redefinição de papéis. Os homens tiveram que aceitar responsabilidades na gestão doméstica, uma vez que as mulheres estavam assumindo parte da responsabilidade de manutenção da casa. Essa participação das mulheres fez com que sua posição nas redes de poder no interior da comunidade transformasse as relações de gênero: os homens aos poucos foram compreendendo e aceitando a saída de suas mulheres para o espaço público. A mulher deixou de atuar nos limites do privado e provocou novas situações no interior da família e nas relações informais de vizinhança e amizade; a mulher passou a articular, no interior dos movimentos, lutas diferentes em relação a seus companheiros homens; e as mulheres organizadas em torno de questões tradicionalmente femininas passaram a questionar sua própria condição de mulher (PINTO, 1992).

A decisão de levar adiante uma atuação política provocou a resistência dos maridos e dos filhos, a quebra das rotinas do cotidiano familiar e com certos padrões morais predominantes no interior da família e da comunidade.

As dificuldades para ingressar no espaço público são assim relatadas pelas líderes entrevistadas:

[...] no começo eu tive que enfrentar uma barra pesada dentro de casa, meu marido não aceitava de jeito nenhum que eu saísse, os filhos também cobravam... mas devagarinho eu fui conseguindo [...] (MARIA).

[...] meu marido não concordava que eu saísse sozinha com os homens para as reu-

niões, ele achava que os outros iam falar... Eu dizia: 'se tu confias em mim, não tem nada a ver' [...] (POTIRA).

[...] a minha maior conquista é poder estar aqui neste grupo, na liderança da comunidade, porque antes eu não podia nem sair de casa, meu marido não deixava, ele era muito brabo! [...] (LARA).

O “empoderamento” das mulheres migrantes e caboclas foi, assim, bastante facilitado pela democratização do poder na unidade doméstica; mesmo aquelas que tiveram que lutar contra os valores e estereótipos, cimentados pelo poder patriarcal, conseguiram dividir responsabilidades, distribuindo as tarefas domésticas o que facilitou sua saída do espaço privado e seu ingresso no espaço público. Estas mulheres não estavam acostumadas a intervir no cenário “público” ou “político”; ao longo de suas vidas, numa sociedade patriarcal, a política sempre havia sido restrita à participação dos homens. Através do processo de conscientização, no qual as mulheres caboclas não apenas se conheceram e conviveram, como também identificaram umas com as outras interesses comuns, ocorreu o “empoderamento”, ou seja, as esferas da vida privada politizaram-se e a política entrou em seus lares.

Estas mulheres, passaram a fazer novas reivindicações nas suas comunidades. Não se contentavam mais apenas em fazer tricô, crochê ou costura nos encontros de seus grupos; assuntos relacionados ao corpo, à sexualidade, aos direitos reprodutivos, violência conjugal passaram a ser cada vez mais frequentes nas discussões, provocando o questionamento de sua condição de vida e de mulher. No entender de Pinto (1992, p.135), “mulheres cuja condição de miséria é constituída por múltiplas exclusões, passam a construir uma identidade.”

O processo de empoderamento, não foi uma experiência apenas individual; foi um processo coletivo. Cada mulher descobriu-se parte do coletivo e da história, assumiu-se como sujeito, ao mesmo tempo condicionada pelo meio e dele condicionante. À medida que as reivindicações foram sendo alcançadas, elas perceberam sua força e sua capacidade, o que despertou nelas novas idéias que desencadearam novas ações.

A luta para “ter sua casa” exigiu um longo processo, iniciado com a ocupação do terreno – geralmente com um barraco feito com material bastante precário – seguido pela organização comunitária, a reivindicação dos direitos de posse, para o que contaram com a assessoria de agentes externos. Com o documento de posse em mãos, foi possível construir a casa permanente, em grande parte construída em regime de mutirão nos finais de semana. Em situações de emergência, quando ocorria a posse coletiva de um terreno, a construção exigia maior número de pessoas e, muitas vezes, até a falta ao emprego. A construção da casa permanente, depois do lote regularizado, ocorria de forma muito lenta e conforme as possibilidades financeiras de cada morador. A casa foi o espaço vital necessário para que ocorresse o processo de “empoderamento” das mulheres migrantes. Valentemente, fizeram da conquista de um pedaço de terra no qual pudessem cimentar sua casa o símbolo-síntese de todos os seus sonhos: suas casas construídas por elas!

A alquimia entre classe, gênero e etnia redefinindo identidades

Procurei demonstrar, neste trabalho, que o processo de “empoderamento” das mulheres migrantes, atuais líderes de comunidades da periferia de Florianópolis, foi decorren-

te de sua condição de gênero, classe e etnia. Eram mulheres pobres e, na luta pela sobrevivência, deixaram transparecer as características de suas raízes culturais quais sejam: solidariedade, resistência e ousadia.

Estas mulheres, ao passarem pelas trilhas de vida, de tempo e de espaço, viveram um intenso processo de aculturação, relacionando-se com diferentes pessoas, valores, costumes e instituições. Experimentaram uma verdadeira “alquimia” em suas vidas, em sua identidade e em seu cotidiano, tornando-se diferentes do que eram antes de migrarem, não sendo mais idênticas às mulheres que saíram de suas terras, deixando o campo para virem para a cidade. Mesmo não sendo idênticas entre si, pois cada uma possui sua singularidade, elas se sentem unidas por um “amalgama”. Elas compartilham os mesmos princípios de solidariedade, determinação e resistência, as mesmas condições de gênero, sociais e étnicas.

Estas mulheres caboclas, ao tornarem-se sujeitos políticos, escolheram como arena o espaço público onde a singularidade de cada uma (o *self*) entremeou-se a um coletivo através de suas práticas. Isso traduziu-se em um estar junto com as demais mulheres (a introjeção de um “nós”), lutando por um mesmo fim, fazendo parte de um projeto comum de mudança, redefinindo suas identidades sociais – mulheres pobres, trabalhadoras domésticas, moradoras de periferias, descendentes de índias. A identidade de referência, como sujeito político destas mulheres, foi sendo traçada e redefinida entre sua biografia e sua história, num processo com diversos momentos e situações ao longo de suas trilhas de vida.

Como trabalhadoras domésticas, moradoras de comunidades da periferia, enfrentaram vários tipos de discriminação tendo como norte uma subjetividade de classe que, imbricada com as condições de gênero e etnia, produziram uma alquimia na subjetividade destas mulheres. Se por um lado a con-

dição de classe foi um estigma, por outro, a condição de gênero e etnia teve uma conotação de “empoderamento” – orgulho de serem da raça bugra, valores de solidariedade, teimosia e resistência, identificação em torno da figura da mãe e de uma causa comum – impulsionando essas mulheres a lutarem pelos seus direitos.

A “alquimia” das categorias sociais (gênero, classe e etnia) reelaborou os significados das trajetórias das mulheres caboclas como sujeitos políticos. Estas, no processo conflitivo e dialético de construção de sua subjetividade, de um lado lutando contra a discriminação de gênero, classe e etnia e, de outro, afirmando sua identidade de mulheres bugras lutando por uma causa comum, tiveram na conquista de sua auto-estima e autoconfiança um alicerce fundamental para sua luta e para o seu “empoderamento”.

Recebido em 30/04/01. Aceito em 24/07/01.

Referências

AFONSO, M. L. M. e FILGUEIRAS, C. A. C. Maternidade e vínculo social. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v.4, n.2, 1996.

AMADO, J. e FERREIRA, M. *Usos e abusos da história Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CAMARGO, Aspázia. História oral e política. In: MORAES, Marieta de. *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim & FINEP, 1994.

CASTRO, Mary G. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1992.

DAUSIEN, Bettina. *Biographie und Geschlecht – zur biographischen Konstruktion sozialer Wirklichkeit in Frauenlebensgeschichten*. Bremen, Donat, 1996.

DURAHM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FRAUEN-FEATURE-SERVICE (Hrsg.) *The power to change – frauen, umwelt und entwicklung*. Dortmund, eFeF, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1992.

FRIEDMANN, John. *Empowerment – uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta, 1996.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, P. et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998a.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUZMÁN, Virgínia. Desde los proyectos de desarrollo a la sociedad. In: GUZMÁN, V. & PORTO-CARRERO, P. & VARGAS, G. *Una nueva lectura. Género en el desarrollo*. Lima: Ed. Entre Mujeres Flora Tristán, 1991.

HAFERKAMP, R. Migration als weltweites phänomen. In: HAFERKAMP et al. *Auf der Suche nach den besseren Leben – Migranten aus Peru*. Bad Honnef: Horlemann, 1995.

HAQ, Mahbub ul. *Reflections on human development*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

HERRIGER, Norbert. *Empowerment – oder: wie die Menschen Regie über*

ihr Leben gewinnen. Sozialmagazin, Weinheim: 20. Jg., H.3, S.221-229.

LAGARDE, Marcela. *Género y feminismo – desarrollo humano y democracia*. Madrid: Horas & horas, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Género, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARRE, Jacques Léon. História de Vida e Método Biográfico. In: *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre: UFRGS, v.3, n. 3 jan./jul. 1991.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MAX-NEEF, Manfred. *Desarrollo a escala humana – una opción para el futuro*. Chile & Suécia: Cepaur & Fundación Dag Hammarskjöld, 1986.

MELO, Hildete P. De criadas a trabalhadoras. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ v. 6, n. 2, 1998.

MELLO, Annette. *Mulheres em construção: casas, sonhos, subjetividades*. São Paulo: EDUC, 1999.

MIRES, Fernando. *La Revolución que nadie sonó o la otra posmodernidad...*, Caracas, Nueva Sociedad, 1996.

MONTEIRO, Paula. *Globalização, Identidade e Diferença*. Novos Estudos CEBRAP, 49, nov. 1997.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. Por una política de identidad nómada. *Debate Feminista*. México: ano 7, v. 14, oct. 1996a.

PINTO, Celi Regina. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINNI, Albertina. *Uma Questão de Género*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Relatos orais: do indizível ao dizível*. Ciência e Cultura, mar. 1987.

QUIJANO, Aníbal. *Reflexões sobre a interdisciplinaridade, o desenvolvimento e as relações interculturais*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: 121, abr./jun., 1995.

RAPPAPORT, Julian. Ein plädoyer für die widersprüchlichkeit: ein sozialpolitisches Konzept des “empowerment” anstehle präventiver Anzätze. In: *Verhaltenstherapie und Psychosoziale Praxis*. n. 2, p. 257-278. 1985.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHÄFTER, E. e SCHULTZ, S. Putzen, was sonst? Latinas in Berlin: bezahlte hausarbeit als arbeitsmarkt für migrantinnen. In: *Migrationen: Lateinamerika – Analysen und Berichte* 23. Bad Honnef: Holermann, 1999.

SCOTT, Joan. Desconstruir igualdade-versus-diferencia: usos de la teoria posestructuralista para el feminismo. In: *Feminaria*. Buenos Aires, Ano VII, n. 13, nov. 1994.

SHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Redes e espaços virtuais – uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação. In: *Cadernos de Pesquisa* do PPGSP/UFSC, 1997.

SHIVA, Vandana. O empobrecimento do ambiente: as mulheres e as

crianças para o fim. In: MIES, M & SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

STARK, Wolfgang. *Empowerment: neue handlungskompetenzen in der psychosozialen praxis*. Freiburg und Breisgau: Lambertus, 1996.

STRAUSS, Anselm & CORBIN, Juliet. *Grounded theory: Grundlagen qualitativer sozialforschung*. Weinheim, Psychologie Verlags Union, 1996.

WITZEL, Andreas. Das problemzentrierte Interview. In: JÜTTEMAN, GERD (Hrsg.). *Qualitative forschung in der psychologie*. Grundfragen, Verfahrensweisen, Anw., 1995.

XIBERRAS, Martine. *As teorias da exclusão – para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

Notas:

- 1 No Brasil houve um intenso processo de miscigenação, e as grandes massas de mestiços, gestados por brancos e mulheres indígenas, que não sendo índios nem europeus se dissolveram na condição de “caboclos”. (cf. RIBEIRO, 1995, p.317)
- 2 Para um conhecimento mais amplo sobre método biográfico, relatos orais e história de vida consultar: Ferreira, Marieta (1994); Amado, Janafina & Ferreira, Marieta (1996), Marre (1991).
- 3 O motivo da escolha de três homens na pesquisa deu-se em função de averiguar os diferentes processos de “empoderamento” entre os homens e as mulheres que exercem cargos de liderança. O foco principal de análise, porém, foi em relação às líderes mulheres.
- 4 Para Lagarde (1996, p.84), a perspectiva de gênero está baseada na teoria de gênero e se inscreve no paradigma teórico

histórico-crítico e no paradigma cultural do feminismo.

- 5 Sobre as dimensões de temporalidade das migrações ver Haferkamp (1995).
- 6 Chamo de “entorno caboclo” as características socioeconômicas e culturais do cotidiano das famílias pobres descendentes da miscigenação de índio com branco que vivem no campo, geralmente como posseiros, trabalham como peões ou capatazes em fazendas, possuem seu próprio habitat, ou seja, plantam somente para sobrevivência e usufruem dos víveres que a própria natureza fornece como a caça e o extrativismo.
- 7 Denomino de “agentes externos” todas as pessoas que desenvolvem algum tipo de trabalho junto às comunidades de periferia e não residem no local. Atuam como representantes de ONGs, instituições públicas ou igrejas.
- 8 Segundo dados do PNAD/IBGE, de 1995, são 4.782.016 mulheres que trabalham atualmente de domésticas no Brasil.
- 9 Gambini, Roberto. Entrevista concedida à repórter Marta Góes, *In: Revista ISTO É*. Número Especial de 31/12/1999, p. 3.
- 10 Neste estudo foi utilizada a metodologia de Kiefer (STARK, 1996) que aponta cinco momentos do processo de empoderamento: contexto, motivação, engajamento e reivindicação, integração e ação, e conscientização.

Endereço – Autora

Rua Marcos Cardoso Filho, 286
Córrego Grande
Florianópolis – SC
CEP: 88.037-040
e-mail: tkleba@cse.ufsc.br